

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021 DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 24ª REGIÃO

NE 1 – Contexto Operacional

Conselho Regional de Psicologia 24ª Região, está localizado na Av. dos Imigrantes, nº 5109 - Bairro Rio Madeira na Cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. A criação do CRP 24 Região ocorreu no dia 3 de fevereiro de 2019, através da Resolução CFP nº 3/2019, o CRP-24 é composto pela Sede localizada em Porto Velho – RO, Subsede em Cacoal – RO, Seção em Rio Branco – AC e Subseção em Cruzeiro do Sul – AC. Suas atribuições são expressas na 4Lei Federal nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, e regulamentadas pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977, as entidades que compõem o Sistema Conselhos de Psicologia são dotadas de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativo-financeira destinada a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. Trata-se de uma Autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. Os recursos financeiros dos Conselhos são provenientes da arrecadação das anuidades dos seus inscritos (pessoas físicas e jurídicas), expedição de cédulas de identidades profissionais; multas aplicadas às pessoas físicas e jurídicas; doações; subvenções; taxas; e emolumentos por prestação de serviços. A receita do Conselho tem origem na sua própria arrecadação, além de receber recursos do Conselho Federal de Psicologia.

NE 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas foram extraídas do Sistema de Contabilidade SISCO, fornecido pela Empresa Implanta Informática e compõe a Prestação de Contas da Gestão do Exercício de 2021.

Sem qualquer reserva, o CRP 24 Região declara que estas Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previsto no inciso VII do art. 18 da Lei nº 10.180, de 2001, com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser utilizado por todos os entes da Federação, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são: a. Balanço Orçamentário; b. Balanço Financeiro; c. Balanço Patrimonial; d. Demonstração das Variações Patrimoniais; e. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Foram obedecidas também as orientações recebidas do Conselho Federal de Psicologia.

NE 3 – Políticas Contábeis

3.1 – Bases de Mensuração Utilizadas

Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição.

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Os bens no Ativo Imobilizado estão registrados pelo seu valor histórico de aquisição com registro de Depreciação como redutora dos referidos valores. Não houve Baixas no Ativo Imobilizado, mas devem ser realizadas considerando todas as variáveis, inclusive o valor residual do bem, conforme apurado através de Sistema de Controle Patrimonial.

Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, por exemplo, imposto de renda, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

3.2 – Imobilizado

Os Bens Móveis registrados no ativo imobilizado estão de acordo com o que determina as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Todavia ainda não apresenta registro das depreciações, o que está especificado na NBC T 16.1 e 16.11, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação. Não é possível fazê-lo considerando que não há inventário ou acompanhamento via sistema do imobilizado deste CRP 24 Região.

3.3 – Contingências

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são fornecidas de acordo com análise jurídica de cada ação. No que diz respeito ao exercício de 2021 não foi apresentado relatório que permitam anotação contábil ou apontamento nesta Nota.

NE 4 – Principais Práticas Contábeis

4.1 - Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em conta movimento e aplicações financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho registrado no resultado do período.

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo Conselho Regional e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado. No quadro abaixo, vemos o comportamento dos valores nos exercícios de 2020 e 2021:

Títulos	2020 (R\$)	2021 (R\$)
Caixa e Equivalente de Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Banco Conta Arrecadação	0,00	0,00
Bancos Aplicação Financeira	1.051.452,07	2.541.422,11

4.2 - Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber registrado no início do exercício de 2021 referente a todos os boletos que foram emitidos tanto para Pessoa Física como para Pessoa Jurídica, conforme relatório emitido pelo Sistema BR CONSELHOS utilizado pelo CRP 24 para controle de cobrança e registro dos profissionais registrados.

4.2.2 – Demais Créditos e valores a curto prazo

Compreende os valores a receber por demais transações, como adiantamentos a colaboradores e valores a receber até o término do exercício seguinte, por vezes servindo como lançamentos transitórios, como por exemplo, a conta que registra adiantamento de férias e outros eventuais descontos.

4.3 – Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos

Nesta conta registram-se os valores para devolução de multas pagas por atraso no pagamento de encargos sociais ou outros boletos e que devem ser verificadas as respectivas responsabilidades.

4.4 – Ativo Não Circulante

O Ativo não circulante está composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível

4.4.1 - Dívida Ativa Não Tributária – Demais Créditos

O CRP 24 ainda não estruturou o Registro da Dívida ativa.

4.4.2 - Imobilizado

Os Bens Móveis registrados no ativo imobilizado estão de acordo com o que determina as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, especificamente a NBC T 16.9, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão e a NBC T 16.10, que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

O CRP 24 mantém o registro dos bens patrimoniais apenas na Contabilidade de forma sintética e não possui Sistema para Controle de seu Patrimônio. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, o registro contábil do Imobilizado apresenta-se desta forma:

IMOBILIZADO					
BENS MÓVEIS					
TIPO DO BEM	SALDOS INICIAIS	AQUISIÇÕES	AJUSTES	BAIXAS	SALDO FINAL
MAQ, APARELHO	R\$ 0,00	R\$11.970,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$11.970,00
EQUIP. PROC DADOS	R\$ 0,00	R\$ 46.507,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 46.507,00
MOB EM GERAL	R\$ 0,00	R\$ 19.952,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.952,00
SUB TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 78.429,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 78.429,00
BENS IMÓVEIS					
EDIFICIOS	R\$ 498.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 498.000,00
SUB TOTAL	R\$ 498.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 498.000,00
TOTAL DO IMOBILIZ	R\$ 498.000,00	R\$ 78.429,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 576.429,00

O quadro refere-se ao valor do imobilizado sem considerar o valor da Depreciação.

NE 5 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contratação de fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2021 e de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros. As apropriações estão de acordo com a legislação vigente. As contas das obrigações trabalhistas e Encargos sociais encontram-se com saldos pois tratam-se de valores que serão recolhidos no início do exercício seguinte.

5.1 - DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO

Neste grupo registram-se as retenções efetuadas na folha de pagamento..

5.2 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS

5.2.1 - A conta 2.1.8.8.1.09.02 - DEPOSITO DE OUTRAS RECEITAS NAO IDENTIFICADAS traz consigo saldo de exercícios remanescente e tratam-se de valores registrados pendente de classificação até que se identifique sua origem.

5.3 - Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial no início do período era de R\$ 1.539.320,45 (hum milhão, quinhentos e trinta e nove mil, trezentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos), somado com o Resultado Patrimonial superavitário de R\$ 1.882.826,98 chegamos ao final de 2021 com o valor do Patrimônio Líquido total de R\$ 3.422.147,43 (três milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, cento e quarenta e sete reais e quarenta e três centavos).

5.4 – Resultado Patrimonial – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O resultado patrimonial foi superavitário no valor de R\$ 1.882.826,98 (hum milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos) e foi apurado com base no regime de competência das receitas e das despesas, escrituradas no subsistema

patrimonial. O resultado das Variações patrimoniais influencia diretamente no Patrimônio Líquido do Conselho, como demonstrado no item anterior.

5.5 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

	2021
APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO (em R\$)	R\$ 1.489.970,04
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	R\$ 2.541.422,11
(-) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ 1.051.452,07

O resultado financeiro foi positivo, representando um acréscimo nas reservas do regional.

5.6 – Resultado Orçamentário

O orçamento para 2021 foi aprovado por meio de Reunião Plenária ainda em 2020 como prevê as orientações do Regimento interno. No Balanço Orçamentário estão contabilizadas as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no Exercício. Neste exercício de 2021 temos um resultado orçamentário superavitário R\$ 1.400.359,31 (hum milhão, quatrocentos mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos) conforme extraído do Sistema de Controle e Execução do Orçamento.

LEINA SANTOS DE SOUZA MATOS
Contadora
CRC RO 004355/O-7